

Marx sobre termidor e bonapartismo (para a experiência soviética)*

Por Martín Duer

Para compreender os termos em que os oposicionistas e os decistas caracterizavam o caráter político do governo da URSS durante os anos 1920, é necessário analisar as origens dos conceitos teóricos dos quais eles se valiam para esse fim.

As concepções de Marx sobre essas questões foram o ponto de referência essencial para pensar as condições estruturais e as relações de classe que operavam como pano de fundo da dinâmica política da nascente União Soviética durante as décadas de 1920 e 1930. A fim de esclarecer o alcance desses conceitos e, assim, preparar o terreno para abordar os debates realizados pelos opositores do stalinismo ascendente, dividiremos este estudo em três partes. A primeira analisa as percepções de Marx sobre os processos que caracterizaram o golpe de 9 Termidor do Ano II (1794) e a consolidação de Napoleão Bonaparte como Primeiro Cônsul em 18 Brumário do Ano VIII (1799), no contexto da primeira Revolução Francesa. A segunda concentra-se no problema da autonomização do Estado, um processo que Marx analisou em profundidade em seu famoso O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. Por fim, investigaremos a relevância que o conteúdo de classe implícito nesses conceitos assumiu no pensamento dos círculos social-democratas russos durante o período pré-revolucionário.

O caso da Revolução Francesa: Termidor e Brumário

Por volta da segunda metade da década de 1840, as reflexões políticas de Marx aguçaram cada vez mais sua leitura crítica do esquema hegeliano. Suas intervenções desse período afastaram-se progressivamente da dicotomia entre liberdade individual e interesse individual, característica do chamado “sistema de necessidades”, e o Estado como representação do bem coletivo, que ainda constituía o pano de fundo teórico de obras como Debates sobre a Lei do Roubo de Lenha, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel e Sobre a Questão Judaica. O foco da investigação deslocou-se gradualmente para o caráter determinante da sociedade civil sobre o Estado. Durante esses anos, a Revolução Francesa de 1789 voltou a se tornar um importante objeto de investigação, mas desta vez foi submetida à análise a partir dessa nova perspectiva. Nesta seção, destacaremos como o golpe de 9 Termidor (1794) e a consagração de Napoleão como Primeiro Cônsul em 18 Brumário (1799) foram abordados. Enfatizaremos particularmente o caráter de classe que, desse ponto de vista, operava como pano de fundo estrutural desses processos.

Em A Sagrada Família, escrita em colaboração com Engels, Marx desenvolveu uma visão da queda de Robespierre que já havia apresentado em suas Glosas Críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano”. A forma virtuosa de democracia e participação cidadã que os jacobinos promoveram entre 1793 e 1794 a partir da esfera estatal não era compatível com a sociedade burguesa sobre a qual se baseava. Sua incompatibilidade reflete-se no fato de que essa exigência de virtude só podia ser imposta artificialmente ao egoísmo burguês por meio do Terror:

“Robespierre e Saint-Just falavam explicitamente da ‘liberdade, justiça e virtude’ dos tempos antigos [...] Robespierre, Saint-Just e seu partido fracassaram porque confundiram a antiga comunidade realista-democrática baseada na escravidão real com o moderno Estado

* Tradução automática, por máquina de IA

representativo espiritualista-democrático, que se baseia na escravidão emancipada, a sociedade burguesa. Que terrível ilusão ter de reconhecer e sancionar nos direitos do homem a moderna sociedade burguesa, a sociedade da indústria, da concorrência universal, do interesse privado perseguindo livremente seus fins, da anarquia, da individualidade natural e espiritual alienada de si mesma, e ao mesmo tempo querer depois anular as manifestações da vida dessa sociedade em indivíduos particulares e simultaneamente querer moldar a cabeça política dessa sociedade à maneira da antiguidade!”¹

Os métodos jacobinos de governo inspiravam-se nos valores da antiguidade clássica. De modo semelhante, a luta dos sans-culottes para estabelecer preços máximos, bem como seu envolvimento ativo nas políticas repressivas dos Comitês de Salvação Pública e de Segurança Geral, limitavam as liberdades da burguesia. Entretanto, essas manifestações de fervor revolucionário nada mais eram do que um meio de assegurar os fundamentos da nova civilização burguesa por “meios plebeus”. Marx expressou essa visão três anos depois, quando contrastou o processo revolucionário alemão de 1848 com a França revolucionária de 1789. Neste último caso, “a burguesia estava aliada ao povo contra a monarquia, a aristocracia e a igreja estabelecida” e, como na Inglaterra do século XVII, “a burguesia era a classe que realmente dirigia o movimento”:

“O proletariado e os estratos não burgueses da classe média ou ainda não haviam desenvolvido interesses diferentes dos da burguesia ou ainda não constituíam classes ou divisões de classe independentes. Portanto, quando se opunham à burguesia, como fizeram na França em 1793 e 1794, lutavam apenas pela realização dos objetivos da burguesia, embora de maneira não burguesa. Todo o terrorismo francês foi apenas uma maneira plebeia de lidar com os inimigos da burguesia, o absolutismo, o feudalismo e o filistinismo.”²

O golpe de 9 Termidor assinalou que a sociedade burguesa estava suficientemente estabelecida para livrar-se dos meios plebeus encarnados pelo governo jacobino. Este último, juntamente com as massas urbanas, havia feito o trabalho sujo para a burguesia ao destruir o feudalismo em suas raízes, centralizar o governo e esmagar a resistência aristocrática. A burguesia compreendeu que a agitação popular, os controles econômicos e a guilhotina já não eram mais necessários em um cenário em que o mercado nacional estava unificado, os privilégios feudais haviam sido abolidos e o perigo de invasão diminuía após a vitória decisiva do exército francês contra os austríacos em Fleurus:

“Após a queda de Robespierre, o esclarecimento político, que anteriormente vinha se excedendo e sendo extravagante, começou pela primeira vez a desenvolver-se prosaicamente. Sob o governo do Diretório, a sociedade burguesa, libertada pela própria Revolução dos entraves do feudalismo e oficialmente reconhecida apesar do desejo do Terror de sacrificá-la a uma antiga forma de vida política, irrompeu em poderosas correntes de vida. Uma tempestade e ímpeto de empreendimento comercial, uma paixão pelo enriquecimento, a exuberância da nova vida burguesa, cujo primeiro autogozo é atrevido, leve, frívolo e inebriante; um verdadeiro esclarecimento da terra da França, cuja estrutura feudal havia sido destruída pelo martelo da Revolução e que, pelos primeiros esforços febris dos numerosos novos proprietários, tornara-se objeto de cultivo generalizado; os primeiros movimentos da indústria que agora se tornara livre — estes eram alguns dos sinais de vida da recém-emergida sociedade burguesa. A sociedade burguesa é positivamente representada pela burguesia. A burguesia, portanto, começa seu domínio. Os direitos do homem deixam de existir meramente em teoria.”³

A crescente corrupção do Diretório, a dupla ameaça representada pela reativação da mobilização popular à esquerda e pela contrarrevolução dos monarquistas à direita foram os fatores que abriram o caminho para o golpe de Napoleão em 18 Brumário. A breve experiência de um

governo dirigido pelas classes proprietárias mostrou que a burguesia ainda não podia dispensar um governante vindo de fora de suas fileiras. Como ocorrera sob seus “tutores plebeus” durante 1793-1794, Napoleão submeteu a burguesia a um regime de constrangimentos políticos. Isso, porém, não significa que ele tenha transformado todo o movimento revolucionário em sua “presa”. Marx assinalou a esse respeito que

“Napoleão representou a última batalha do terror revolucionário contra a sociedade burguesa que havia sido proclamada por essa mesma Revolução, e contra sua política. Napoleão, é claro, já discernia a essência do Estado moderno; compreendia que ele se baseia no desenvolvimento desimpedido da sociedade burguesa, no livre movimento do interesse privado etc. Decidiu reconhecer e proteger essa base. Não era um terrorista com a cabeça nas nuvens. Mas, ao mesmo tempo, ainda considerava o Estado como um fim em si mesmo e a vida civil apenas como um tesoureiro e seu subordinado que não devia ter vontade própria. Aperfeiçoou o Terror ao substituir a revolução permanente pela guerra permanente. Alimentou até a completa saciedade o egoísmo da nação francesa, mas exigia também o sacrifício dos negócios burgueses, dos prazeres, da riqueza etc., sempre que isso fosse requerido pelo objetivo político da conquista. Se suprimiu despoticamente o liberalismo da sociedade burguesa — o idealismo político de sua prática cotidiana — não demonstrou maior consideração por seus interesses materiais essenciais, comércio e indústria, sempre que estes entravam em conflito com seus interesses políticos.”⁴

“Em trajas romanos e com frases romanas”, cada um desses tutores cumpriu a missão de seu tempo, “a tarefa de desencadear e estabelecer a moderna sociedade burguesa”:

“Os [jacobinos e as massas] despedaçaram a base feudal e ceifaram as cabeças feudais que haviam crescido sobre ela. [Napoleão] criou dentro da França as condições sob as quais a livre concorrência pôde desenvolver-se pela primeira vez, a propriedade parcelada da terra pôde ser explorada e as forças produtivas industriais desencadeadas da nação puderam ser empregadas; e além das fronteiras francesas ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isso era necessário para fornecer à sociedade burguesa na França um ambiente adequado e moderno no continente europeu.”⁵

Dessa perspectiva, os golpes de 9 Termidor e 18 Brumário, que puseram fim respectivamente à Convenção dirigida pelos jacobinos e consagraram a ascensão de Napoleão ao poder sobre as ruínas do Diretório, impediram que o movimento revolucionário ultrapassasse os limites estabelecidos pelas necessidades de consolidação da sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que evitaram o perigo da contrarrevolução. Uma série de considerações pode ser extraída dessas afirmações. Segundo Marx, as transformações políticas observadas entre 1789 e 1815 nada mais são do que a expressão superficial de mudanças nas relações entre as classes sociais. Em 1794, a burguesia demonstrou seu desprezo pelo heroísmo revolucionário do jacobinismo e das massas populares, enquanto em 1799 procurou proteger sua posição contra a ameaça tanto das massas quanto dos monarquistas. Assim, a natureza reacionária do Termidor acabou por abrir caminho ao domínio militar de Bonaparte.

Essas reflexões já revelam a base de classe da qual derivam as transformações no caráter da esfera estatal. Ao mesmo tempo, a burguesia ascendente exerceu poder direto apenas por cerca de cinco anos, durante o período do Diretório. Os riscos que isso implicava para sua dominação convenceram-na da conveniência de ceder seu governo a Napoleão. Segue-se que a dominação social e econômica da burguesia pode ser sustentada por pessoal político recrutado fora das fileiras de sua própria classe. A consciência do governante acerca de qual classe detém o poder real garante a estabilidade dessa dominação socioeconômica. Mas isso não impede que frações dessa classe

sofram opressão por parte do governo, que em última instância assegura a estabilidade de seus interesses gerais. Como vimos, Napoleão foi, segundo Marx, um dos principais arquitetos da instauração da moderna sociedade burguesa. Da mesma forma, foi o próprio Napoleão quem encarnou “a última batalha do terror revolucionário contra a sociedade burguesa”, condenando sua classe dominante à nulidade política. Essa perspectiva deu origem a um problema que esteve presente nas reflexões de Marx e Engels durante as décadas seguintes. Trata-se da autonomia relativa do Estado na sociedade burguesa.⁶

Bonapartismo e a autonomização do Estado

A análise de Marx da evolução do processo revolucionário na França em 1848 forneceu a base para explicar como a autonomização do poder estatal derivava da própria dinâmica da luta de classes. Nessa abordagem, devemos considerar dois fatores estreitamente inter-relacionados. O primeiro refere-se ao que pode ser chamado de crise de hegemonia, resultante de uma situação de virtual impasse entre as principais classes da sociedade após seu confronto atingir níveis extraordinariamente elevados de exacerbação. A burguesia é incapaz de impor sua visão de mundo como horizonte comum a toda a sociedade que busca governar. O proletariado, por sua vez, ainda não é capaz de tomar o poder, deixando sua insurreição em estado de ameaça latente. Nesse cenário de equilíbrio de forças, o Estado ergue-se acima das classes em conflito e garante pela força a estabilidade da ordem capitalista.⁷ O segundo fator refere-se à relação entre o Estado e as próprias classes dominantes.⁸

Como Marx explica, o medo de possíveis levantes insurrecionais liderados pelos trabalhadores urbanos pobres foi a principal força subjacente ao processo de desintegração do pessoal político da burguesia, sua própria nulificação política e a concomitante ascensão de Luís Bonaparte.⁹ Foi a crescente estreiteza de visão de uma burguesia aterrorizada pela “ameaça socialista” que levou seus expoentes a sacrificar suas aspirações de dominação política. Nessas condições, um pretendente dotado de certo grau de astúcia e capaz de demonstrar sua habilidade em garantir os interesses da burguesia como um todo encontraria o caminho aberto para assumir o controle da maquinaria burocrático-administrativa centralizada do Estado francês.

A burguesia francesa demonstrou estar disposta a sacrificar as próprias condições que lhe garantiam plena dominação política para assegurar a proteção de seus interesses privados, mostrando que a luta para manter seu poder político “apenas a perturbava e incomodava, como uma perturbação dos negócios privados”.¹⁰ Sua verdadeira garantia de ordem não se encontrava entre seus próprios representantes políticos, mas em um poder executivo cada vez mais reforçado e autônomo governado por um homem vindo de fora da burguesia, Luís Bonaparte, o “líder do lumpemproletariado”, como Marx o caracterizou. O interesse de classe da burguesia como um todo condenou irrevogavelmente seu próprio governo a perecer.¹¹

Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx certamente situa a autonomização da maquinaria estatal no quadro de uma crise revolucionária. Contudo, esse fenômeno também foi destacado por ele e Engels em relação a outros casos. Tanto na Inglaterra quanto na Alemanha, observaram em mais de uma ocasião, eram membros da aristocracia feudal que protegiam politicamente o desenvolvimento capitalista e a posição da burguesia como classe socioeconomicamente dominante. Hal Draper observou, a esse respeito, que uma das principais razões para a falta de interesse da classe capitalista em assumir diretamente o controle do aparato estatal encontra-se na separação estrutural entre instituições políticas e econômicas sob o capitalismo. Sob esse modo de produção, a fusão de poder político e econômico nas mãos de

membros da mesma classe deixa de ser uma necessidade sistêmica, como ocorria sob o feudalismo e, em menor grau, na antiguidade clássica, baseada na exploração do trabalho escravo.¹² Em um contexto de crise de hegemonia, portanto, a inclinação da burguesia para livrar-se do fardo de sua própria dominação política só poderia ser reforçada.

Consideremos finalmente a dinâmica particular de classes sobre a qual o fenômeno do bonapartismo se apoia. Como Marx assinala, o proletariado, militarmente esmagado nos dias de junho, só podia vingar-se da burguesia republicana votando em Bonaparte nas eleições de 10 de dezembro de 1848. O medo da burguesia de perturbar a “tranquilidade” condenou-a a uma imobilidade que só podia fortalecer o presidente. Este último, o “líder do lumpemproletariado”, encontrava-se à frente de uma maquinaria estatal que parecia ter adquirido total autonomia em relação à sociedade burguesa. E, no entanto, “o poder estatal não está suspenso no ar”: seu principal apoio encontra-se entre os membros da “classe mais numerosa da sociedade francesa, o campesinato parcelário.”¹³ Assim, com o lumpemproletariado como seu séquito e apoiado socialmente pelo campesinato conservador de pequenos proprietários, o Estado dirigido por Bonaparte apresentava-se como o defensor mais apropriado da dominação de classe burguesa após a irrupção revolucionária.¹⁴ Tal era o poder de reprodução sobre suas próprias bases que a sociedade civil burguesa havia alcançado desde a primeira revolução.

Os capitalistas podiam relegar tanto o governo de seus interesses comuns quanto o apoio social a esse governo a agentes situados fora de sua própria classe.

Termidor e bonapartismo na Revolução Russa

Em que sentido os conceitos de Termidor e bonapartismo eram aplicáveis pelos bolcheviques para referir-se ao processo revolucionário russo?

Antes da Revolução de Outubro, Lenin referiu-se ao Governo Provisório dirigido por Aleksandr Kerensky como uma forma de bonapartismo.¹⁵ Contudo, foi principalmente durante a NEP tardia e a Grande Virada da industrialização acelerada e da coletivização forçada que os círculos de oposição discutiram os perigos do Termidor soviético e do avanço nesse caminho em direção a um regime bonapartista. Limitar-nos-emos aqui a assinalar que a pessoa que mais insistentemente utilizou essas categorias, Leon Trotsky, derivava a autonomização do Estado soviético — o bonapartismo — de um processo prévio de reação termidoriana. O conteúdo dessas categorias não assume um significado unívoco nos escritos de Trotsky, mas antes variou de sentido ao longo dos anos. Entretanto, em linhas gerais, podemos ver que a reação termidoriana na URSS, semelhante à dinâmica que marcou a queda de Robespierre, expressa em seus escritos o momento da “degeneração” interna do partido, abrindo caminho para a formação de uma liderança bonapartista. Em 1930, Trotsky referiu-se à questão nestes termos:

“Termidor foi uma forma transitória entre o jacobinismo e o bonapartismo. O que realmente caracterizava o Termidor era o fato de que o governo era formalmente controlado por membros do mesmo partido. Uma parte dos jacobinos, ou quase jacobinos, destruiu a outra parte, os verdadeiros jacobinos, mediante um apelo à guerra civil aberta. Bonapartismo significa a vitória do poder burocrático-militar centralista sobre todos os vários matizes do jacobinismo. Na linguagem da luta de classes, isso significa a transferência gradual do poder dos sans-culottes para a classe ociosa [...] Elementos termidorianos materializaram-se na vida do partido: os ‘jacobinos’ genuínos foram substituídos por oportunistas. Mas elementos bonapartistas também se desenvolveram, principalmente na seleção do aparato segundo um único comandante (Stalin).”¹⁶

Tendo triunfado sobre os “jacobinos genuínos”, a facção vitoriosa de “bolcheviques aburguesados” consolidaria sua posição privilegiada no sistema soviético. Devemos também observar que, pelo menos até meados da década de 1930, o problema do campesinato na estrutura de classes da URSS desempenhava um papel crucial na caracterização trotskista das tendências termidorianas. No início de 1930, ele parecia acreditar que o abandono da política pró-kulak e a implementação da coletivização confirmavam a correção das concepções da Oposição sobre essa questão.¹⁷ Ao mesmo tempo, após a coletivização, advertia também que haviam sido lançadas as bases para um reforço da “kulakização” do campesinato:

“As fazendas coletivas construídas à força não conduzem ao socialismo, mas, ao contrário, minam as bases da ditadura proletária ao tornarem-se formações organizadas para greves camponesas contra o Estado. Ao ocultar grãos do Estado, ou restringir deliberadamente a semeadura, o campesinato segue o caminho kulak: Permita-me, diz ele, vender e comprar livremente. A quem e de quem? Àquele e daquele que oferecer o preço correto, seja o Estado, um comerciante privado ou um capitalista estrangeiro. A greve camponesa pela liberdade do comércio interno conduz diretamente à exigência de abolição do monopólio do comércio exterior. Essa é a lógica dos erros do primeiro plano quinquenal.”¹⁸

Trotsky argumentava que a iminente ruptura da aliança entre o campo e a cidade, a smychka, devido à incapacidade da indústria urbana de fornecer bens e suprimentos ao campesinato, levaria setores deste último a adotar o “caminho kulak”. Isso, por sua vez, fomentaria as tendências burguesas de setores da direção partidária. A consequência seguia-se então logicamente: “Na União Soviética apenas o campesinato pode tornar-se uma força para o Termidor.”¹⁹ A posição do campesinato também era um tema de preocupação nas caracterizações dos decistas. É, portanto, necessário rastrear as origens desse problema.

No início do século XX, os círculos marxistas russos debatiam a natureza da revolução iminente em um país onde o desenvolvimento de um proletariado industrial poderoso e altamente centralizado coexistia com a persistência da antiga estrutura feudal e a consequente predominância numérica da população camponesa. Que tipo de revolução os socialistas russos deveriam esperar? Como as diversas classes da sociedade atuariam no processo revolucionário? Qual seria a natureza das alianças e antagonismos que o processo revolucionário daria origem entre essas mesmas classes?

Enquanto os mencheviques esperavam que o próximo processo revolucionário consolidasse um novo governo dirigido por membros da burguesia,²⁰ Lenin advertia que, em vez de conduzir ao confronto, o novo cenário poderia fomentar uma aliança entre a burguesia e a nobreza. De sua perspectiva, não obstante a natureza inevitavelmente burguesa da revolução em curso, a garantia da “vitória decisiva da revolução sobre o czarismo” dependia de uma insurreição armada do proletariado em aliança com o campesinato — como principal base social do elemento revolucionário-democrático — voltada ao estabelecimento da “ditadura revolucionário-democrática do proletariado e dos camponeses”.²¹

Naquele momento, uma terceira posição havia emergido no interior da social-democracia russa. Já em 1904, Trotsky havia esboçado as linhas gerais de uma teoria que projetava o possível futuro de uma revolução democrático-burguesa dirigida pelo proletariado. Contudo, ele delinearia sistematicamente sua tese em Resultados e perspectivas, escrito em 1906 na prisão.

Dada a configuração específica da estrutura de classes na Rússia czarista no início do século XX, Trotsky assinalava que, em contraste com um campesinato disperso, sem instrução, rigidamente

confinado aos ditames de seus interesses imediatos, e uma burguesia politicamente insignificante, havia um grande e altamente concentrado proletariado urbano. Essa condição objetiva fazia dele a única classe social capaz de articular as demandas de emancipação de toda a nação, colocando-se na linha de frente da luta contra o czarismo. A classe trabalhadora desempenharia necessariamente um papel dirigente entre todas as classes mobilizadas no contexto de um processo revolucionário que, conseqüentemente, a conduziria ao exercício da dominação política. Mas se, segundo essa perspectiva, a hegemonia política efetiva no governo assim constituído é exercida pelo proletariado, este não pode conter sua ação governamental nos parâmetros estreitos do quadro democrático-burguês, pois isso implicaria realizar os objetivos de um programa de classe estranho ao seu próprio.

Mesmo que a realização do “programa mínimo” da social-democracia constitua seu ponto de partida inevitável, a dominação política dos trabalhadores não pode deter-se aí. Pelo contrário, deve empreender — em conformidade com as possibilidades determinadas pela correlação concreta de forças — medidas que reflitam seus interesses históricos específicos, movendo-se progressivamente em direção à realização de tarefas decididamente socialistas. Aqui reside a divergência em relação ao slogan bolchevique da necessidade de coroar o triunfo revolucionário com um regime de “ditadura revolucionário-democrática do proletariado e dos camponeses”.²²

Ao mesmo tempo, a dinâmica que a revolução dirigida por um governo operário adquire sobre essa base conduz a uma perda inevitável de aliados de classe à medida que desenvolve seu programa socialista. No que diz respeito ao campesinato, o governo operário inicialmente apresentar-se-ia como seu emancipador, na medida em que seus primeiros passos implicariam a validação de suas expropriações e a eliminação dos remanescentes da servidão feudal. Entretanto, o choque ocorreria quando a natureza de classe do governo operário se refletisse em sua defesa do proletariado rural ou na promoção da produção agrícola em larga escala em detrimento da pequena produção. Nesse sentido, o campesinato já era então identificado como um inimigo potencial que o proletariado, enquanto classe dominante, acabaria tendo de enfrentar:

“Assim, quanto mais definida e determinada se torna a política do proletariado no poder, tanto mais estreito e instável se torna o terreno sob seus pés. Tudo isso é extremamente provável e até inevitável [...] As duas principais características da política proletária que encontrarão oposição dos aliados do proletariado são o coletivismo e o internacionalismo. O caráter primitivo e pequeno-burguês do campesinato, sua visão rural limitada, seu isolamento dos vínculos e lealdades políticas mundiais criarão enormes dificuldades para a consolidação da política revolucionária do proletariado no poder.”²³

Portanto, nessas condições de isolamento interno, o proletariado russo no poder buscaria sustentar sua dominação por meio da solidariedade com o movimento operário europeu, o que também impregnava a revolução de um caráter internacional:

“Abandonada a seus próprios recursos, a classe trabalhadora da Rússia será inevitavelmente esmagada pela contrarrevolução no momento em que o campesinato lhe virar as costas. Não terá alternativa senão vincular o destino de seu domínio político e, conseqüentemente, o destino de toda a revolução russa, ao destino da revolução socialista na Europa.”²⁴

Observemos, então, que tanto da perspectiva dos bolcheviques quanto da de Trotsky antes de ingressar no partido, a relação entre proletariado e campesinato desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento da dinâmica revolucionária. Era o “fantasma do campesinato” que assombrava suas previsões.

Consideramos as categorias de Termidor e bonapartismo que Marx desenvolveu em suas abordagens das revoluções francesas de 1789 e 1848. Procuramos também refletir sobre as razões de sua aplicação ao estudo da evolução do processo revolucionário na Rússia. Quanto a este último ponto, observamos que a questão do campesinato assumiu uma centralidade avassaladora e, particularmente na visão de Trotsky, que a ruptura com a *smychka* levava a fração camponesa rica a buscar fortalecer seus próprios mecanismos de acumulação mediante a produção mercantil, em detrimento do sistema da economia estatal. Isso, por sua vez, abriria caminho para o Termidor e, eventualmente, para o bonapartismo de uma maquinaria estatal que oscilaria entre os interesses do proletariado e os elementos pequeno-burgueses do campo. Neste ponto, enfatizemos que, segundo Trotsky, o perigo de um governo de origem operária tornar-se autônomo em relação à sua base residia em seu potencial de bloquear o desenvolvimento de relações socialistas de produção, cenário que não estava presente em um regime bonapartista surgido no interior da sociedade burguesa. Vimos que, do ponto de vista de Marx, a burguesia podia confiar o governo da sociedade civil que domina a pessoal político recrutado entre membros de outras classes sociais. A centralidade da exploração econômica como principal fundamento de sua dominação de classe permitia-lhe relegar o problema da direção política a um nível secundário. Isso fortalecia a tendência à autonomização do Estado, exacerbada em tempos de crise. “Em contraste com isso”, argumenta Trotsky,

“as relações de propriedade que surgiram da revolução socialista estão indivisivelmente ligadas ao novo Estado como seu depositário. A predominância das tendências socialistas sobre as pequeno-burguesas é garantida, não pelo automatismo da economia — ainda estamos longe disso — mas pelas medidas políticas tomadas pela ditadura. O caráter da economia como um todo depende, portanto, do caráter do poder estatal.”²⁵

Consequentemente, “se um governo socialista ainda é absolutamente necessário para a preservação e desenvolvimento da economia planificada, a questão é tanto mais importante: em quem o atual governo soviético se apoia, e em que medida o caráter socialista de sua política está garantido.”²⁶ Aqui surge um ponto de controvérsia. Kevin Murphy destacou as dificuldades inerentes à noção de bonapartismo colocada nesses termos. A historiografia das últimas décadas sobre a “guerra de Stalin contra os camponeses” refuta categoricamente a plausibilidade de caracterizar a estrutura de classes da URSS entre o final dos anos 1920 e a primeira metade dos anos 1930 como marcada pela “ameaça kulak”. Isso, por sua vez, elimina um dos apoios sociais desse regime bonapartista. Se, por outro lado, se fundamentasse a autonomia do Estado soviético na consolidação da própria burocracia como uma categoria semelhante à de uma classe social propriamente dita — tese para a qual Trotsky parecia inclinar-se no final dos anos 1930 — a visão de uma maquinaria estatal situada acima de classes em disputa tornar-se-ia igualmente redundante. Como resultado, “[U]ma vez que as classes em disputa e a natureza temporária do bonapartismo stalinista são descartadas em favor da ‘autonomia extrema’ da burocracia, o que exatamente resta do modelo bonapartista de Trotsky?”²⁷ Delineamos assim as questões que precisam ser consideradas.

Notas de rodapé

1 Marx, K., Engels, F., ‘The Holy Family, or Critique of Critical Criticism. Against Bruno Bauer and Company’, em Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works*, Volume 4, Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, pp. 121-122.

2 Marx, K., ‘The Bourgeoisie and the Counter-Revolution’, em Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works*, Volume 8, op. cit., p. 161.

3 Marx, K., Engels, F., ‘The Holy Family, or Critique of Critical Criticism’, op. cit., pp. 122-123.

4 Idem.

5 Marx, K., ‘The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte’, em Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works*, Volume 11, op. cit., p. 104.

6 On this subject, see Draper, H., *Karl Marx’s Theory of Revolution. Volume 1 State and Bureaucracy*, Dehli, Aakar, 2011, pp. 311-338. We will address this topic in depth in the following section.

7 Demier, F., “Bonapartismo: o fenômeno e o conceito”, in *Revista Outubro*, nº 25, 2016, pp. 178-179.

8 Draper, H., *Karl Marx’s Theory of Revolution*, op. cit., p. 389.

9 Ibid., pp. 111-112.

10 Ibid., p. 171.

11 Ibid., pp. 172-173.

12 Draper, H., *Karl Marx’s Theory of Revolution*, op. cit., p. 322.

13 Marx, K., ‘The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte’, op. cit., pp. 186-187.

14 Ibid., pp. 193-194.

15 A characterization with which Trotsky concurred.

16 Breitman, G., Lovell, S. (eds.), *Writings of Leon Trotsky [1930-31]*, New York, Pathfinder Press, 1973, pp. 86-87.

17 Twiss, T., *Trotsky and the problem of Soviet bureaucracy*, Leiden, Brill, 2014., pp. 264-265.

18 Breitman, G., Lovell, S. (eds.), *Writings of Leon Trotsky [1932-33]*, New York, Pathfinder Press, 1972, p. 75.

19 Ibid., p. 77.

20 “On the seizure of power and participation in a provisional government (April-May 1905)”, en Harding, N. (ed.), *Marxism in Russia. Key Documents 1879-1906*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 314-315.

21 Lenin, V. I., “Two Tactics of Social-Democracy in the Democratic Revolution”, in *Collected Works*, Volume 9, Moscow, Progress Publisher, 1977., pp. 56-57.

22 Trotsky, L., *The Permanent Revolution and Results and Prospects*, New York, Pathfinder Press, 1978, p. 80.

23 Ibid., p. 77.

24 Ibid., p. 115.

25 Trotsky, L. *The Revolution Betrayed. What is the Soviet Union and where is it going*, London, Faber and Faber Limited, 1937, p. 237.

26 Idem.

27 Murphy, K., *Review of Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*, by Thomas Twiss. *Historical Materialism*, March 7, 2017. <https://www.historicalmaterialism.org/trotsky-and-the-problem-of-soviet-bureaucracy/>